

***Estabelece o Estatuto da
Segurança Privada, normas
para o exercício das atividades,
constituição e funcionamento
das empresas privadas que
exploram os serviços de
segurança, planos de
segurança de estabelecimentos
financeiros, e dá outras
providências.***

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO SISTEMA DE SEGURANÇA PRIVADA

Art. 1º. A presente lei disciplina, em todo o território nacional, a atividade de segurança privada, armada ou desarmada, os prestadores e os contratantes dos serviços, bem como os profissionais que nela atuam.

Art. 2º. Consideram-se, para os efeitos desta Lei, como de segurança privada as atividades desenvolvidas por empresas com a finalidade de:

I – formar e reciclar os profissionais de segurança privada;

II – executar a segurança patrimonial, com a finalidade de prevenir ou reprimir ilícitos que atentem contra o patrimônio privado, bem como estabelecimentos públicos;

III – executar o transporte de numerário, bens ou valores, mediante o emprego de veículos especiais;

IV – executar a escolta armada de bens, cargas ou valores;

V – executar a segurança pessoal, com a finalidade de prevenir ou reprimir ilícitos que atentem contra a integridade física de pessoas ou grupos.

Parágrafo único. As empresas que possuírem atividade-fim diversa da segurança privada poderão executar as atividades previstas nos incisos II a V, deste artigo, denominado serviço orgânico de segurança, mediante a utilização de

profissionais do quadro funcional próprio, sendo vedada a prestação destes serviços a terceiros, estando tais atividades sujeitas à autorização e fiscalização do Departamento de Polícia Federal.

CAPÍTULO II DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA

Art. 3º. As empresas de segurança privada poderão desenvolver as atividades previstas no art. 2º desta Lei desde que devidamente autorizadas pelo Departamento de Polícia Federal, após o que deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública, ou congênere, do respectivo Estado ou do Distrito Federal.

Art. 4º. A propriedade do capital e a administração das empresas de segurança privada são exclusivas de brasileiros, natos ou naturalizados.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às empresas que possuem serviço orgânico de segurança e às que estejam autorizadas quando da entrada em vigor desta Lei.

Art. 5º. Os diretores, administradores, gerentes, procuradores e prepostos, bem como os empregados na atividade-fim de segurança privada, não poderão ter condenação criminal registrada na Justiça Federal, Estadual, Militar da União e das Unidades da Federação, e Eleitoral, nos locais em que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

§ único - É vedado ao militar, policial e guarda municipal ou metropolitano ativos constituir empresa especializada de segurança privada, participar de administração ou ser preposto, ou ainda, exercer qualquer das atividades próprias dessa categoria de empresas, mesmo que de forma cooperada ou autônoma.

Art. 6º. As empresas de segurança privada deverão possuir capital social integralizado de, no mínimo, R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), devendo ser comprovada a sua origem.

§ 1º. O disposto no *caput* não se aplica às empresas já autorizadas quando da entrada em vigor desta Lei.

§ 2º. As empresas que possuírem serviço orgânico de segurança ficarão dispensadas do cumprimento no disposto no *caput* deste artigo.

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PRIVADA EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 7º. É de responsabilidade das instituições financeiras e das empresas de segurança privada assegurar as condições mínimas de proteção aos trabalhadores quando no exercício das operações de transporte de valores.

Parágrafo único – As instituições financeiras deverão prover local apropriado, exclusivo e seguro, previsto no plano de segurança, para o embarque e desembarque de numerário.

Art. 8º. É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro, holding e conglomerado financeiro, onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, incluídos os ambientes de autoatendimento contíguos, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pela Polícia Federal, na forma desta lei.

Parágrafo único. Equiparam-se a instituições financeiras para os fins desta Lei as entidades credenciadas a operar em câmbio manual.

Art. 9º. O sistema de segurança a que se refere o art. 7º deverá possuir no mínimo:

- I) instalações físicas adequadas;
- II) 02 (dois) vigilantes armados;
- III) alarme interligado entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de segurança privada ou órgão policial próximo;
- IV) cofre com dispositivo temporizador;
- V) sistema de circuito interno de imagens, com gravação, monitoramento e armazenagem em tempo real em ambiente protegido fora do estabelecimento controlado;

VI) porta de segurança com detector de metais, em todos os acessos destinados ao público, inclusive no espaço de autoatendimento;

VII) vidros laminados resistentes a impactos e a disparos de armas de fogo, nas fachadas externas no nível térreo e nas divisórias internas das agências e nos postos de serviço bancários no mesmo piso;

VIII) cabina ou escudo blindado;

Parágrafo 1º - Fica facultado o uso de artefatos ou outros dispositivos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura.

Parágrafo 2º - Os ambientes de auto-atendimento quando contíguos à agência serão compreendidos como parte integrante da mesma, para efeito de elaboração e aprovação do plano de segurança. Quando os ambientes de auto-atendimento

forem descentralizados, ou seja, sem interligação física com os estabelecimentos financeiros referidos no art. 8º desta Lei também devem possuir sistema de segurança próprio, aprovado pela Polícia Federal, adaptado às suas peculiaridades de funcionamento e utilização.

Parágrafo 3º - Os estabelecimentos financeiros terão o prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Lei, para se adequarem ao disposto neste artigo.

Art. 10º. As pessoas jurídicas não consideradas instituições financeiras que exercerem atividade de recebimento de depósito em dinheiro ou outros valores e documentos, para guarda, pagamento, transferência ou outras finalidades, deverão possuir, no mínimo, 01 (um) vigilante armado, alarme e sistema de circuito interno de imagens, constantes no plano de segurança a ser aprovado pelo Departamento de Polícia Federal, na forma do artigo 7º.

Art. 11. O transporte de numerário, bens ou valores, realizado no interesse de instituições financeiras, será feito:

I – por qualquer meio lícito, para montantes inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

II – em veículo especial do próprio estabelecimento financeiro ou de empresa de segurança de transporte de valores, quando o montante for igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º. O transporte de bens, cargas ou valores poderá ser feito por meio de escolta armada.

§ 2º. Aplica-se o disposto neste artigo às empresas de segurança privada contratadas por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que não sejam instituições financeiras.

Art. 12. É vedado aos funcionários da instituição financeira a execução de tarefas de transporte de valores.

Parágrafo único - Também é vedada aos funcionários das instituições financeiras a guarda da chave do cofre e dos próprios estabelecimentos.

Art. 13 - Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor de estabelecimentos financeiros, apólice de seguros que inclua cobertura garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores sem comprovação de cumprimento, pelo segurado, das exigências previstas nesta Lei.

Parágrafo único. As apólices com infringência do disposto neste artigo não terão cobertura de resseguros.

Art. 14 - Nos seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuírem, além dos requisitos mínimos de segurança, outros meios de proteção previstos nesta Lei.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA

Art. 15. Compete ao Departamento de Polícia Federal:

- I. conceder, e revisar anualmente, a autorização de funcionamento às empresas que executam as atividades elencadas no art. 2º desta Lei;
- II. aprovar, e revisar anualmente, os planos de segurança apresentados pelos estabelecimentos financeiros;
- III. fiscalizar as empresas referidas no art. 2º desta Lei, bem como os planos de segurança dos estabelecimentos financeiros, podendo aplicar-lhes as penalidades previstas nesta Lei;
- IV. autorizar os modelos de uniformes a serem adotados pelas empresas referidas no art. 2º desta Lei;
- V. autorizar a aquisição, o transporte e a transferência de armas, munições e coletes à prova de balas;
- VI. autorizar as alterações nos atos constitutivos das empresas referidas no art. 2º desta Lei;
- VII. expedir a Carteira Nacional de Vigilante;
- VIII. fixar o número mínimo de vigilantes, bem como o quantitativo de armas, munições e coletes à prova de balas das empresas referidas no art. 2º desta Lei.

Art. 16. Compete ao Ministério da Justiça:

I instituir o Conselho Nacional de Segurança Privada, com a finalidade de fixar regulamentos, estabelecer regras de controle, supervisionar os órgãos de fiscalização, que terá a composição tripartite, representação da sociedade civil, definidas em regulamento;

- II. manter a Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada – CCASP, composta por representantes do poder público, empresas,

bancos, profissionais de segurança privada e bancários, para opinar sobre questões de segurança privada e processos punitivos;

- III. fixar os requisitos técnicos básicos dos veículos especiais de transporte de valores e de suas guarnições.
- IV. fixar o currículo mínimo dos cursos de formação, extensão e reciclagem dos profissionais de segurança privada.

CAPÍTULO V DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PRIVADA

Art. 17. Consideram-se profissionais da segurança privada os vigilantes, assim como os encarregados da supervisão, coordenação, inspeção e controle operacional.

Parágrafo 1º - Para os fins desta lei, considera-se vigilante o profissional encarregado da execução das atividades elencadas nos incisos II a V do art. 2º desta Lei, e contratado pelas empresas de segurança privada, bem como pelas que possuem serviço orgânico, devidamente autorizado pelo Departamento de Polícia Federal;

Parágrafo 2º - É vedado ao profissional de segurança privada realizar a contagem de numerário quando do abastecimento de caixas eletrônicos, bem como exercer qualquer outra atividade não prevista nesta Lei.

Art. 18. O profissional da segurança privada deverá preencher os seguintes requisitos:

- I. ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- II. ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III. ter concluído com aproveitamento, no mínimo, o ensino fundamental;
- IV. ter concluído com aproveitamento o curso de formação de profissional de segurança privada, devidamente autorizado nos termos desta Lei;
- V. ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental, bem como em exame psicológico;
- VI. estar quite com as obrigações eleitoral e militar;
- VII. não possuir condenação criminal na Justiça Federal, Estadual, Militar da União e das Unidades da Federação, e Eleitoral, nos locais em que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;
- VIII. estar contratado por empresa de segurança privada, ou empresa com serviço orgânico de segurança, devidamente autorizada nos termos desta Lei.

§ 1º. Excetua-se das exigências contidas no inciso III do *caput* deste artigo, os profissionais que já tiverem concluído, com aproveitamento, o curso de formação quando da entrada em vigor desta Lei.

§ 2º. Para a matrícula nos cursos de formação, o candidato deverá preencher os requisitos constantes nos itens I, II, III, V, VI e VII.

Art. 19. Para o exercício da atividade, o profissional de segurança privada deverá requerer, previamente, o registro profissional em órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos enumerados no art. 17 desta Lei.

§ 1º. A atividade de segurança privada a que o profissional está autorizado a exercer será especificada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 2º. A Carteira Nacional de Vigilante será expedida pelo Departamento de Polícia Federal, sendo de uso obrigatório aos vigilantes em serviço.

Art. 20. Assegura-se ao vigilante, quando em serviço ou em decorrência deste, e às expensas do empregador:

- I. reciclagem profissional;
- II. uniforme especial, devidamente autorizado;
- III. uso de arma de fogo, arma não-letal e munições;
- IV. materiais e equipamentos para o trabalho, em perfeito estado de funcionamento e conservação;
- V. uso de coletes à prova de balas, conforme especificação aprovada pelo órgão competente;
- VI. uso de cassetetes de madeira ou de borracha, bem como de algemas, conforme definido em regulamento;
- VII. seguro de vida em grupo;
- VIII. adicional de periculosidade;
- IX. outros equipamentos de proteção individual, conforme definido em regulamento;
- X. assistência jurídica;
- XI. prisão especial.

Parágrafo único. O vigilante utilizará armamento e munição de acordo com as especificações e calibres definidos em regulamento.

Art. 21. São deveres do vigilante, dentre outros:

- I. exercer as suas atividades com probidade, denodo e urbanidade;

- II. comunicar, ao seu superior hierárquico, quaisquer incidentes ocorridos no serviço, assim como quaisquer irregularidades relativas ao equipamento que utiliza, em especial quanto ao armamento, munições, colete à prova de balas, não se eximindo o empregador do dever de fiscalização;
- III. utilizar o uniforme autorizado;
- IV. portar a Carteira Nacional de Vigilante;
- V. manter-se adstrito ao local sob vigilância, observando-se as peculiaridades das atividades de segurança privada definidas nos incisos III a V do art. 2º desta Lei;
- VI. respeitar os princípios universais de proteção à vida, direitos humanos e cidadania.

CAPÍTULO VI DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 22. Compete ao Departamento de Polícia Federal, ouvida a CCASP, aplicar penalidades administrativas às empresas de segurança privada, incluindo as que possuem serviço orgânico, bem como aos estabelecimentos financeiros, que incidam nas condutas típicas previstas em regulamento.

Art. 23. As penalidades administrativas aplicáveis às empresas de segurança privada ou que possuírem serviço orgânico de segurança poderão ser:

- I. advertência;
- II. multa, de 05 (cinco) a 50 (cinquenta) salários mínimos;
- III. proibição da pessoa física de participar como sócio, diretor, administrador, gerente, procurador ou preposto de empresas de segurança privada ou de empresas com serviço orgânico, por um prazo de até 05 (cinco) anos;
- IV. cancelamento da autorização de funcionamento.

Art. 24. Aos estabelecimentos financeiros poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa, de 20 (vinte) a 200 (duzentos) salários mínimos;
- III. interdição imediata de funcionamento.

Parágrafo único. Na dosimetria da pena a ser aplicada no inciso II dos artigos 22 e 23, serão consideradas a extensão dos efeitos da infração, a reincidência e a condição econômica do infrator.

Art. 25. O Departamento de Polícia Federal poderá aplicar a penalidade prevista no inciso II do artigo 22 às pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, que exercerem ou contratarem serviço de segurança privada não autorizado nos termos desta Lei.

CAPÍTULO VII DOS CRIMES

Art. 26. Exercer as atividades de segurança privada, sem a devida autorização ou em desacordo com esta Lei:

Pena – detenção, de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa.

§ 1º. Se o agente é funcionário público, civil ou militar, integrante das instituições de segurança pública ou das forças armadas, aumenta-se a pena em dobro.

§ 2º. Se o agente de que trata o parágrafo anterior estiver aposentado, na reserva ou reformado, a pena será aumentada pela metade.

Art. 27. Contratar serviços não autorizados de segurança privada:

Pena – detenção, de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 28. As empresas de segurança privada, bem como as que possuírem serviço orgânico de segurança, deverão informar, periodicamente, a relação de armas, munições, coletes à prova de balas, empregados, veículos, contratos em vigor, e informações de interesse do poder público, ao Departamento de Polícia Federal, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. Os contratantes de serviços de segurança privada deverão informar ao Departamento de Polícia Federal os dados referentes aos contratos firmados.

Art. 29. A transferência de armas de fogo entre estabelecimentos da mesma empresa, bem como o transporte de armas, munições e coletes à prova de balas, devem ser previamente autorizados pelo Departamento de Polícia Federal.

Art. 30. Fica instituída a cobrança de taxas pela prestação dos serviços relacionados no anexo desta Lei, nos valores dele constantes.

Parágrafo único. Os valores arrecadados, a título de taxas ou de multas, destinam-se ao custeio e à manutenção das atividades de controle e de fiscalização das empresas de segurança privada e estabelecimentos financeiros, executadas pelo Departamento de Polícia Federal.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 32. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
01 – Vistoria das Instalações de Empresa de Segurança Privada, incluindo as que possuem serviço orgânico de segurança	1.000,00
02 – Expedição de Certificado de Segurança	450,00
03 – Vistoria de Veículos Especiais de Transporte de Valores	600,00
04 – Expedição de Certificados de Vistoria	150,00
05 – Vistoria de Estabelecimentos Financeiros	1.000,00
06 – Expedição de Portaria de Aprovação do Plano de Segurança	450,00
07 – Autorização para compra de Armas, Munições e Coletes à Prova de Balas	200,00
08 – Autorização para transporte de Armas, Munições e Coletes à Prova de Balas	100,00
09 – Alteração de Atos Constitutivos de Empresa de Segurança Privada	200,00
10 – Autorização para modificação ou inclusão de novo Uniforme	200,00
11 – Registro do Profissional de Segurança Privada	10,00
12 – Expedição de Portaria de Autorização de Funcionamento de Empresa de Segurança Privada, incluindo as que possuem serviço orgânico de segurança	850,00
13 – Expedição de Portaria de Autorização de Funcionamento de Curso de Formação	500,00
14 – Expedição da Carteira Nacional de Vigilante	10,00

JUSTIFICATIVA

I. HISTÓRICO LEGISLATIVO

A Lei n.º 7.102, de 20/06/1983, foi instituída para regulamentar as atividades de segurança privada, em especial a segurança dos estabelecimentos financeiros e o funcionamento das empresas prestadoras de serviços de segurança privada.

Após alguns anos, foi publicada a Lei n.º 8.863, de 20/03/1994, que buscou definir as atividades de segurança privada, prevendo o serviço orgânico de segurança, pelo qual é facultado às empresas criar o seu próprio sistema de segurança.

Por último, foi editada a Lei n.º 9.017, de 30/03/1995, que, na parte em que alterou as disposições normativas alusivas à área de segurança privada, atribuiu ao Departamento de Polícia Federal a competência para fiscalizar os estabelecimentos financeiros e as empresas de segurança privada, assim como previu a cobrança de taxas, atualizou os valores referentes a multas e estabeleceu parâmetros para o capital social mínimo das empresas e o transporte de numerário.

O setor de segurança privada evoluiu nos últimos anos a taxas médias anuais em torno de vinte por cento (proporcionalmente à escalada da violência urbana incontida pelo sistema de segurança pública), o que fez com que surgisse a necessidade de ser revisto o sistema normativo em vigor.

II. NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO

Passados mais de dez anos da publicação da Lei n.º 9.017/95, o Departamento de Polícia Federal e as entidades representativas do setor de segurança privada (FENAVIST, ABTV, CNTVPS, FEBRABAN, ABCFAV, CNB, ABREVIS, FETRAVESP, SINDVALORES-DF e ABSO) sentiram a necessidade de atualizar a legislação que regia a matéria, tendo em vista a evolução econômica e as necessidades dela decorrentes.

Por outro lado, muito se reclamava do feixe de diplomas que regulamentava a atividade, formada por 01 (uma) lei e 01 (um) decreto, acompanhados por 09 (nove) portarias expedidas pelo Ministro da Justiça e pelo Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal. Havia, desta forma, a intenção de unificar tais diplomas infra-legais em uma só portaria, transferindo-se para a nova lei os temas que se tornaram relevantes ao longo do tempo.

Antes, porém, teriam que ser criados uma nova lei e um novo decreto, que abarcassem, ao mesmo tempo, as inovações do setor econômico da prestação de serviços de segurança privada e a melhoria nos métodos de fiscalização e controle da atividade.

III. INOVAÇÕES TRAZIDAS

Surge, nesse diapasão, o texto legal apresentado a seguir, com a proposta de preencher as necessidades reclamadas pelo setor de segurança privada, permitindo a modernização da atividade e promovendo melhorias nos métodos e controles de fiscalização a cargo do Departamento de Polícia Federal.

O projeto de lei está estruturado em grandes tópicos, que reúnem os temas interessantes à matéria, definindo as atividades de segurança privada, os atores envolvidos (empresas prestadoras e contratantes dos serviços; os profissionais que trabalham na atividade; as instituições financeiras e o Departamento de Polícia Federal), prescrevendo, ainda, infrações administrativas e tipos criminais.

Os parâmetros de valor instituídos em UFIR foram atualizados para a moeda corrente nacional, haja vista a Unidade Fiscal de Referência - UFIR ter sido extinta em 2000, em decorrência do §3º do Art. 29 da Medida Provisória n.º 2095-76, convertida na Lei n.º 10.522, de 19/07/2002, com último valor equivalente a R\$ 1,0641.

No capítulo referente ao sistema de segurança privada, foram estabelecidas as atividades a serem desenvolvidas, mantendo-se a figura do serviço orgânico de segurança. Ficou definido, ainda, que a atividade de segurança privada engloba as modalidades armada e desarmada.

A seguir, no tópico reservado às empresas de segurança, foram previstos os parâmetros objetivos mínimos para uma sociedade empresária operar no mercado, impedindo, assim, que empresas com pouca ou nenhuma estrutura possam aventurar-se na segurança privada, que, pelas peculiaridades, deve contar com entidades sólidas e responsáveis. Com relação aos sócios, diretores, administradores, gerentes, procuradores e prepostos, restringiu-se a sua participação nos casos em que estejam sendo processados criminalmente ou possuírem antecedentes criminais registrados, excluindo-se o indiciamento em inquéritos policiais. Idêntica disciplina foi aplicada aos profissionais de segurança privada. Buscou-se, nesse ponto, um equilíbrio normativo entre a presunção constitucional de inocência e as peculiaridades da atividade de segurança privada.

Noutro capítulo, são abordados os planos de segurança bancários, imprescindíveis ao funcionamento dos estabelecimentos financeiros, principalmente nos tempos atuais, em que se tornaram alvos de ações criminosas perpetradas por assaltantes, fraudadores e estelionatários. O item referente ao uso de portas de segurança foi tornado obrigatório para o sistema, bem como a utilização de sistema de identificação das pessoas que acessam o local (ex. CFTV). Os itens considerados obrigatórios (instalações físicas adequadas, vigilantes armados, porta detectora, cofre temporizador, alarme e CFTV) preenchem os chamados requisitos mínimos do plano de segurança, capazes de dar efetividade aos preceitos de prevenção, inibição e repressão dos delitos contra

as instituições financeiras e similares. Os chamados correspondentes bancários (casas lotéricas, bancos postais, farmácias etc.) deverão possuir um nível mínimo de segurança, dotando os seus estabelecimentos de, pelo menos, 01 (um) vigilante armado e 01 (um) sistema de alarme, dispensando-se a apresentação do plano de segurança. O transporte de numerário foi estendido a bens e valores, também se aplicando às empresas de segurança contratadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas para a execução da atividade.

Na seqüência do texto legal, são estabelecidas as atividades fiscalizatórias e regulamentares do Departamento de Polícia Federal, sendo prevista, ainda, a criação do Conselho Nacional de Segurança Privada.

No capítulo destinado aos profissionais de segurança privada, com destaque para o vigilante, são estabelecidos os requisitos, direitos, prerrogativas e deveres do empregado empenhado nas atividades de segurança privada, normatizando assuntos que não tinham, até então, regulamentação. Foi mantida a idade mínima de 21 (vinte e um) anos para o exercício da profissão.

Quanto às infrações administrativas, permanece a sua previsão legal, entretanto com a atualização dos valores das penas de multa até então existentes, sendo indexados pelo valor do salário-mínimo vigente. Nessa matéria, inovou-se, outrossim, ao se prever a imposição de penalidade à pessoa física ou jurídica privada que contratar um serviço de segurança privada não autorizado. Noutro vértice, previu-se a imposição da pena de proibição à pessoa física de participar como sócio, diretor, administrador ou preposto de empresa de segurança privada, ainda que orgânica, para os casos de utilização das empresas para a consecução de finalidades proscritas.

Há, ainda, um importante capítulo destinado à previsão de duas condutas penalmente relevantes: exercer a atividade de segurança privada sem autorização ou em desacordo com esta, com uma causa especial de aumento de pena se o agente for policial ou militar, na ativa ou inatividade, e; contratar o serviço de segurança privada não autorizado. As penas previstas *in abstracto* alinham-se ao conceito de infrações de menor potencial ofensivo, cujo procedimento penal correspondente encontra-se previsto nas Leis n.º 9.099/95 e n.º 10.259/01.

No capítulo sobre as disposições gerais e finais, obriga-se às empresas prestadoras e contratantes do serviço de segurança privada a prestação de informações ao Departamento de Polícia Federal sobre os respectivos contratos firmados, o que permitirá um melhor controle sobre as atividades desenvolvidas, com reflexos positivos nos sistemas de informações que já se encontram em funcionamento.

Com relação à renovação dos registros das armas, as empresas de segurança privada, bem como aquelas que possuem serviço orgânico de segurança, ficarão isentas do recolhimento da taxa no caso da primeira

renovação, prevista para ocorrer até 22/12/2006, conforme o art. 5º, § 3º da Lei n.º 10.826/03, uma vez que já possuem o registro nas Secretarias de Segurança Pública das respectivas Unidades da Federação onde estão sediadas, importando verdadeira bi-tributação a cobrança da taxa de registro perante o SINARM. Por outro lado, impende observar que as mencionadas empresas estarão sujeitas à renovação trienal dos registros, conforme o disposto no art. 5º, § 2º da Lei n.º 10.826/03.

Em anexo, ficam instituídas as taxas decorrentes das atividades de fiscalização do Departamento de Polícia Federal, cujos valores arrecadados, incluindo-se as multas, deverão ser revertidos em prol do órgão fiscalizador.

Por derradeiro, cumpre informar que foram analisados, quando da elaboração deste diploma legal, os Projetos de Lei da Câmara dos Deputados n.ºs 1.245/95 (Dep. Ana Júlia), 039/99 (Dep. Paulo Rocha), 1.298/99 (Dep. Max Rosenmann), 7.320/02 (Dep. Crescêncio Pereira Júnior), 4.305/04 (Dep. Eduardo Valverde), 4.594/04 (Dep. Colombo), assim como o Projeto de Lei do Senado Federal n.º 168/05 (Sen. Tasso Jereissati), sem olvidar a proposta encaminhada pela FENAVIST por meio do ofício Cta. n.º 350/05 – Superintendência, datado de 30 de junho de 2005.

Brasília/DF, agosto de 2005.

Francisco de Assis C. Bomfim
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DELESP/CE

Christian Gomes B. dos Santos
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DELESP/BA

Haroldo Sérgio L. Ferreira
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DELESP/MA